



Município de
Dois Vizinhos

Estado do Paraná

1

PROJETO DE LEI N.º 040/2024

Autoriza a alienação de imóvel de propriedade do Município de Dois Vizinhos com fulcro na Lei Municipal 2.562/2021, que institui o programa de fomento à produção no município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar bem imóvel de sua propriedade, com fundamento nos arts. 3º, I, “a”, da Lei Municipal 2.562/2021, com a finalidade de fomentar a produção e a geração de emprego e renda no Município de Dois Vizinhos.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere a presente Lei é o Lote de terras urbano n.º 8-B (oito-B), da Quadra n.º 3-A (três-A), do Loteamento Vila Rural Verdes Campos “A”, do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área total de 2.256,00² (dois mil duzentos e cinquenta e seis metros quadrados), com limites e confrontações conforme Matrícula n.º 57.306, do Livro n.º 2, Ficha n.º 1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos/PR, de propriedade do Município de Dois Vizinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.205.640/0001-08, avaliado pelo valor de R\$ 242.626,67 (duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos) pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do Município de Dois Vizinhos.

Art. 2º A alienação do imóvel será feita por meio de certame licitatório na modalidade leilão, conforme critérios estabelecidos pela Lei Federal 14.133/2021 e também pelos arts. 4º e seguintes da Lei Municipal 2.562/2021, naquilo que for aplicável.

Parágrafo único. As Secretarias de Administração e Finanças e de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Turismo realizarão todos os procedimentos legais e adotarão as providências necessárias para a regular promoção do certame licitatório, contratação e transferência do bem ao eventual adquirente.

Art. 3º Não serão permitidas edificações residenciais no imóvel ora alienado.

Art. 4º A empresa vencedora do leilão do imóvel de que trata esta lei, dentre outras obrigações a serem estabelecidas no instrumento convocatório do certame, deverá:

I - responder por quaisquer atos que impliquem na inobservância dos compromissos assumidos;

II - sujeitar-se a todas as exigências de saúde pública, ambientais e urbanísticas previstas em normas municipais, estaduais ou federais aplicáveis à sua atividade;

III - regularizar junto aos registros públicos as edificações existentes ou que venham a existir sobre o imóvel, às suas expensas.

Art. 5º A empresa vencedora do leilão do imóvel de que trata esta Lei deverá se comprometer a manter os empregos diretos e indiretos previstos no seu respectivo plano de negócios aprovado pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos.



Município de
Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Parágrafo único. A empresa deverá também assumir o compromisso de intermediar junto à Agência do Trabalhador de Dois Vizinhos a contratação dos colaboradores que farão parte do seu quadro funcional.

Art. 6º Se a empresa selecionada deixar de cumprir com o estabelecido nesta Lei, no plano de negócios ou no instrumento convocatório do certame licitatório, o correspondente contrato de compra e venda poderá ser rescindido e, portanto, a posse e a propriedade do terreno retornarão de pleno direito ao domínio do Município de Dois Vizinhos, sem que a beneficiária tenha direito a indenização a qualquer título, inclusive por eventuais benfeitorias ou acessões incorporadas ao imóvel enquanto vigente o contrato rescindido.

Art. 7º Realizada a alienação, o imóvel deverá ser entregue ao interessado livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais ou extrajudiciais que impeçam a transferência da propriedade ao comprador.

Art. 8º O adquirente deverá realizar o pagamento do valor atribuído ao imóvel à vista ou parcelado, conforme critérios estabelecidos no edital da licitação e em consonância ao disposto nos arts. 5º a 7º da Lei Municipal nº 2562/2021.

Art. 9º Por meio desta Lei, fica expressa e formalmente desafetado o imóvel descrito no parágrafo único do art. 1º, o qual não poderá mais ser permutado ou adquirido onerosamente pelo Município de Dois Vizinhos.

Art. 10 Se no primeiro leilão não for apresentada nenhuma proposta por qualquer interessado, o Município de Dois Vizinhos poderá publicar novo edital com previsão de redução do valor inicialmente estabelecido como mínimo para a venda em até 10% (dez por cento). Se ainda assim ninguém manifestar interesse na aquisição do imóvel no âmbito do Programa de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, a Administração Pública poderá divulgar um terceiro instrumento convocatório para o certame, dessa vez com redução de até 20% (vinte por cento) do valor inicialmente estabelecido como o mínimo para a alienação.

Art. 11 As demais condições em que se operará a alienação do bem público municipal de que trata esta Lei serão fixadas em termo próprio a ser firmado entre as partes após a conclusão do procedimento licitatório.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, 63º ano de emancipação.

Luis Carlos Turatto
Prefeito



JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI N.º 040/2024

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara de Vereadores tem a finalidade de possibilitar a alienação de um determinado imóvel público municipal, atualmente não utilizado pelo Município de Dois Vizinhos para qualquer finalidade de interesse público, como uma medida de desenvolvimento socioeconômico e de incentivo aos setores da indústria, comércio e prestação de serviços local, sobretudo visando a geração de emprego, renda e inovação, conforme determina a política pública de fomento à produção de Dois Vizinhos instituída pela Lei Municipal 2.562/2021.

Ressalta-se que a alienação pretendida será onerosa, ensejando novas receitas aos cofres públicos que deverão ser necessariamente aplicadas na aquisição de novos bens imóveis, obras públicas ou outras despesas de capital congêneres, conforme estabelece o art. 44 da Lei Complementar 101/2000.

Além disso, o eventual beneficiário será selecionado por meio do devido certame licitatório a ser promovido por esta Administração na modalidade leilão, na forma preconizada pela Lei Municipal 2.562/2021 e também pelas recentes alterações promovidas no regime jurídico das contratações e licitações públicas pela Lei Federal 14.133/2021.

Por essas razões, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação do Poder Legislativo Municipal, na expectativa de que, após regular tramitação, seja ele aprovado na devida forma regimental.

Por fim, considerando o excepcional caráter emergencial da matéria, solicitamos aos nobres vereadores a apreciação do projeto em **REGIME DE URGÊNCIA**.

Dois Vizinhos-PR, 07 de agosto de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito